
**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE ITARANA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

REF: Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2025

Processo nº 003631/2025

TCI GROUP LOCACOES E EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Afonso Claudio, nº 12, Bairro Riviera da Barra, Vila Velha/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 09.177.375/0001-04, por seu representante legalmente habilitado, que a esta subscreve, vem, respeitosamente, com fulcro no artigo 5º, XXXIV da Constituição da República, artigo 9º da Lei nº 10.520/02, no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021 no artigo 18 do Decreto Federal nº 5.450/2005 e no item nº 17.1 do Edital epigrafado, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

O MUNICÍPIO DE ITARANA, está realizando Licitação – Pregão Eletrônico nº 006/2025, que tem como objetivo a “contratação pelo Sistema de Registro de Preços, de locação temporária de estruturas físicas com fornecimento de mão de obra e serviços técnico-operacionais, destinadas à realização de eventos culturais promovidos pela Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult) do município de Itarana/ES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência..”

Após análise do edital de licitação e dos seus anexos a Impugnante identificou previsões que, no seu entendimento, devem ser impugnadas, e contra as quais se insurge, com respaldo nos fatos e fundamentos adiante expostos.

LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*

A Impugnante é pessoa jurídica de direito privado, atuando na área de locações e montagem de equipamentos e estruturas, compatível com o objeto licitado. Tendo tomado conhecimento da realização da licitação, obteve o edital e tem interesse em participar do certame licitatório.

As exigências inseridas no Edital de licitação, retratadas nas previsões a seguir abordadas e impugnadas, não contam com o respaldo na legislação, traduzindo-se em exigências que extrapolam, desrespeitam ou omitem o previsto no diploma legal – Lei Federal nº 14.133/20.

Tais previsões encontram-se ao arrepio das normas citadas, constituindo-se omissões capazes de gerar insegurança na contratação e na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Portanto, resta evidenciada a legitimidade para impugnar o edital de licitação, pleiteando que dele se sane as omissões ilegais, abordadas nas razões de impugnação.

TEMPESTIVIDADE

Tendo sido determinada a data para abertura das propostas para o dia 24 de setembro de 2025, às 09:00 horas, resta clara a tempestividade da presente impugnação, na forma do item 27.1 do Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2025.

AUSÊNCIA DE REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGÍVEIS PARA A ESPÉCIE

a) REGISTRO NA ENTIDADES PROFISSIONAIS COMPETENTES

A Lei nº 6.839/80, que dispõe exatamente sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, em seu artigo 1º, determina a obrigatoriedade do registro, conforme transcrição abaixo:

“Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão **obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões**, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.”

Com efeito, no objeto da licitação, os serviços do Termo de Referência, há previsão de locação e montagem de bens/estruturas privativa de engenheiros, contudo, **sem previsão, no item 9.11 do edital, que trata da qualificação técnica dos licitantes, de registro no CREA**, tal como disposto no artigo 67, inc. I da Lei nº 14.133/2021.

Lado outro, salta aos olhos que os serviços descritos no objeto da licitação, no Termo de Referência, de montagem de estruturas metálicas, assim como fornecimento de rede elétrica, **exigem apresentação de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA**.

De modo que os licitantes deveriam ter que comprovar, no mínimo, possuírem em seu quadro permanente, profissional, engenheiro civil e eletricitista, com certidão de registro, **apresentando a**

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, para execução de serviços de montagem e desmontagem, referidos, o que não consta no edital, nos itens 9.11 e 9.11.1, que trata da qualificação técnica dos licitantes.

Ainda no mesmo sentido, como se tratam de atividades sujeitas a registro, tanto da empresa, como do profissional contratado pela mesma, no CREA, os itens 9.11 e 9.11.1, também contém ilegalidade por omissão.

Inclusive, pois o atestado de qualificação técnica requerido no item 9.11.1, **deve ser registrado no CREA, que também não se exige, como veremos a seguir.**

Portanto, deve haver, como imposição legal (Leis n°s 5194/66), **a exigência de registro no CREA e, seja do responsável técnico, seja da própria empresa licitante, para os serviços descritos no Termo de Referência, que sejam privativos ou preponderantemente de engenharia, como determina a lei que rege as profissões, até como forma de salvaguardar a Administração da contratação de empresas despreparadas para execução dos serviços ou “aventureiras”.**

Ora, viola a isonomia que empresas aventureiras, que não gastam recursos com registro nas entidades competentes e contratação de profissionais habilitados, possam competir na licitação com outras, que tem despesas para serem habilitadas e terem profissionais habilitados, sendo que o objeto da licitação só pode ser realizado por estas, de acordo com as leis citadas.

b) DEFINIÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO LICITADO

Referimo-nos especificamente, à previsão contida **no item nº 9.11.1 do edital**. Vejamos a redação do item citado:

“9.11.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.”

Trata-se o item acima transcrito de ponto de vital importância no tocante à habilitação, isto é, refere-se à comprovação de que a empresa possui aptidão em realizar o objeto licitado, questão denominada de qualificação técnico-operacional.

O dispositivo legal transcrito permite a inclusão, nos editais, quando assim o exigir o objeto da licitação, de duas espécies de qualificação técnica, o atestado de capacitação técnico operacional e o atestado de capacitação técnico profissional. A respeito da distinção entre as duas espécies de qualificação mencionadas, confira-se a lição abalizada de Dora Maria de Oliveira Ramos:¹

¹ Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos, Ed Malheiros, São Paulo, 2000, pp. 136.

“Assim sendo, para entender bem os dispositivos legais em comento, é preciso distinguir os atestados de capacitação técnico-profissional dos atestados de capacitação técnico-operacional.

A capacitação técnico-profissional diz respeito ao pessoal técnico que compõe o acervo do licitante. **A capacitação técnico-operacional refere-se ao potencial da própria empresa em executar determinado serviço ou obra ou fornecer determinado bem**”

De acordo com o art. 67, incisos I e II, e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, deve ser verificada por meio de atestados técnicos, registrados nas entidades profissionais competentes, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Com efeito, a redação do item 9.11.1 acima transcrito, ao exigir a apresentação de “Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu”, **NÃO** esta de acordo com a legislação, isto é, art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Primeiro, porque o atestado deve ser “regularmente emitidos pelo conselho profissional competente”, que, no caso, é o CREA, como visto no tópico anterior.

E, outro problema, aqui, encontra-se, fundamentalmente, na **ausência de definição das parcelas de maior relevância das quais será exigida a comprovação de experiência anterior, não previstas no dispositivo.**

Ora, de acordo com os dispositivos legais já citados - art. 67, incisos I e II, e § 1º, da Lei nº 14.133/2021 - para fins de verificação da qualificação técnica, a Administração poderá exigir dos licitantes a apresentação de atestados de desempenho anterior que demonstrem sua capacidade técnica. Visando preservar a competitividade do certame, todavia, tal exigência somente será válida relativamente às **parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto**, nos termos do art. 67, § 1º da Lei nº 14.133/2021, vejamos:

“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.”

Portanto, cabe à Administração indicar no edital da licitação, **qual é a parcela de maior relevância técnica e valor significativo do objeto licitado**, pois é com base nela que o licitante irá demonstrar sua capacidade técnica, o que foi feito na própria redação do dispositivo, acima transcrito.

Ocorre que, repita-se, o edital em apreço não define quais são as tais parcelas.

Desta forma, está o edital exigindo atestados que contemplem todas as atividades licitadas e constantes do Termo de Referência – Anexo I - ao Edital. Ou seja, não há qualquer escolha quanto às parcelas de maior relevância e valor significativo, já que se exige a comprovação de todas as atividades previstas nos lotes do Anexo I.

Ora, se Administração há de escolher, dentre as atividades que pretende licitar, quais as de maior relevância e valor significativo, para as quais exigirá comprovação, para atender ao art. 67, § 1º da Lei nº 14.133/2021, **deve selecionar quais os itens mais complexos, diferenciados e importantes de cada serviço.**

No caso, o item 9.11.1 do Edital, ao se omitir quanto as parcelas de maior relevância, **esta a exigir a experiência na realização de todo objeto do certame, integralmente, sem qualquer escolha de parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto**, violando assim art. 67, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

Vale dizer, não havendo a correta eleição válida das **parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto**, somente estará apto a ser habilitado no presente certame a empresa que já tenha prestado todos os serviços descritos nos lotes do Anexo I, que são muitos e variados, ocasionando evidente restrição e direcionamento, v.g, à empresas que já prestaram o mesmo serviço à este Município em anos anteriores.

Além da óbvia violação ao art. 67, § 1º da Lei nº 14.133/2021, não há qualquer razão técnica para que se exija a comprovação de experiência na realização de todo objeto do certame. Seguindo a mesma linha, o TCU assim tem decidido:

A exigência de atestado de capacitação técnico-profissional ou técnico- operacional deve limitar-se às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado. **Acórdão 1771/2007 Plenário (Sumário)**

Exigir-se comprovação de capacidade técnica para parcelas de obra que não se afiguram como sendo de relevância técnica e financeira, além de restringir a competitividade do certame, constitui-se clara afronta ao estabelecido pelo art. 30 da Lei no 8.666/1993, e vai de encontro ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. **Acórdão 170/2007 Plenário (Sumário)**

Cabe destacar, ainda, que além dos limites relacionados ao valor estimado da contratação, a Administração não poderá exigir – como parece ser o caso do item 9.11.1 do edital - que a experiência anterior a ser comprovada pelo licitante seja idêntica ao objeto licitado, por ferir o princípio da competitividade do certame.

Sobre o tema, destaca-se o entendimento doutrinário de Marçal Justen Filho (p. 733):

(...) não há cabimento em impor a exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. Parece evidente que o sujeito que executou obra ou serviço idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado. Mas também deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio de execução de obras ou serviços similares, ainda que não idênticos. Em outras palavras, a Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente idêntico àquele licitado - a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que de

respaldo a tanto. (Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/1993 - 18.ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.)

O escopo da legislação, e sua interpretação pelos órgãos de controle, é justamente ampliar a competitividade, evitando-se que sejam estabelecidas restrições excessivas e desnecessárias.

Nesse sentido é a determinação estabelecida em Acórdão do TCU, cujo trecho segue abaixo:

“4. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que as exigências de atestados de capacidade técnico-operacional **devem se limitar aos mínimos que garantam a qualificação técnica das empresas para a execução do empreendimento, de acordo com o disposto no art. 37 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 8.666/1993**”.

Assim, conforme já tem decidido pacificamente o TCU, a Administração deve fazer exigência razoável em quantitativos e características essenciais, levando em conta o que está licitando, para não restringir a participação de interessados que tenham perfeitas condições de realizar o objeto, mas que ainda, por circunstâncias, não o realizaram naquelas quantidades licitadas ou em características não essenciais.

Em suma, o referido item 13.1 do Edital contém critérios limitadores, de forma ilegal e irrazoável, da participação de empresas que poderiam tranquilamente ofertar propostas para a licitação referida, restringindo a competitividade do certame em prejuízo da vantajosidade e isonomia.

c) OUTROS REQUISITOS PREVISTOS EM LEIS ESPECIAIS

Como é cediço, desde a Lei nº 14.133/2021, deve-se exigir dos licitantes, no tocante à qualificação técnica, a prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso, disposição mentida na Lei 14.133, conforme artigo 67, IV, a seguir:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

Pois bem, no âmbito do Estado do Espírito Santo, cabe ao Corpo de Bombeiros cadastramento e fiscalização das empresas e profissionais promotores de shows e eventos, para fins de cumprimento do serviço de segurança das pessoas e dos seus bens, **conforme disposto na Lei Estadual nº 9.269**. Veja-se:

Art. 8º O CBMES **manterá cadastro de empresas e profissionais promotores de shows e eventos**; empresas especializadas na formação e treinamento de brigadas de incêndios, de bombeiros profissionais civis, de bombeiros civis, de primeiros socorros ou socorros de urgência, de salva-vidas ou guarda-vidas; empresas prestadoras de serviços de brigadistas de incêndio, de bombeiros profissionais civis ou bombeiros civis; profissionais projetistas e empresas ou profissionais habilitados a executar a instalação, manutenção, fabricação ou comercialização de medidas de segurança contra incêndio e pânico, competindo à Corporação emitir as respectivas normas para o cadastramento.

Afim de regulamentar a legislação estadual, foi editado o Decreto nº 2423-R, de 15 de dezembro de 2009, determinando que o CMES manterá cadastro de empresas e profissionais promotores de shows e eventos

Art. 44. O CBMES manterá cadastro de:

I. empresas e profissionais promotores de shows e eventos;

Logo, é possível concluir que a pessoa jurídica, bem como seus profissionais, que deseja promover a prestação de serviços de shows e eventos deve ser cadastrada junto ao Corpo de Bombeiros do Estado do Espírito Santo, sob pena de sanções legais, nos termos do artigo 61 do Decreto nº 2423-R, veja-se:

Art. 61. Consideram-se infração administrativa levíssima, leve, média, grave e gravíssima as seguintes condutas:

I. levíssima:

(...)

d) promover show/evento estando com o cadastro no CBMES vencido.

III. médias:

f) promover show/evento sem estar cadastrado no CBMES. (Redação dada pelo Decreto Nº 3823-R, de 29 de junho de 2015).

Desta forma, é possível concluir que para realizar eventos com contratação de infraestrutura – objeto do Pregão Eletrônico nº 006/2025 – **é fundamental que a empresa, e seus profissionais, detenham registro junto Corpo de Bombeiros do Estado do Espírito Santo.**

Igualmente, necessário o **registro do responsável técnico da empresa (engenheiro) junto ao Corpo de Bombeiros do Estado do Espírito Santo.**

Mesmo porque, sem esse cadastro no CBMES não se consegue gerar o CMAR, Controle de Materiais e Acabamentos, ou seja, o mesmo engenheiro civil que gera a ART deve gerar o CMAR, e precisa estar apto e registrado no CBMES.

A título ilustrativo, o Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2023, da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, quem em seu item 10.11.12, determinou:

10.11.2 - Declaração da licitante, com Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s), credenciado/cadastrado junto ao CBMES, para prestação de serviços para liberação de alvará do evento.

Deve-se, portanto, que se corrigir o edital no que tange aos itens impugnados.

Em homenagem ao princípio da legalidade, com sede constitucional (artigo 37, *caput* da CR/88), e, consequentemente, ao princípio da autotutela, consagrado na Súmula 473 do STF (Supremo Tribunal Federal), eventuais nulidades que porventura viciem o procedimento devem ser conhecidas e extirpadas até mesmo de ofício pela Administração.

DAS CONCLUSÕES E DO PEDIDO

Aduzidas as razões que balizaram a presente impugnação, esta impugnante requer, com supedâneo na Lei nº 14.133/2021, a análise e admissão desta peça, para que o ato convocatório **seja retificado nos assuntos ora impugnados, adequando-se aos termos das legislações vigentes e aos princípios basilares da Administração Pública, principalmente os princípios da legalidade, segurança, vantajosidade, economicidade e razoabilidade, que foram flagrantemente violados.**

A correção destes itens tornará obrigatória a renovação do prazo mínimo entre a publicação e a data da entrega dos envelopes contendo a documentação dos interessados, já que, certamente, a manutenção do edital na forma atual não resistirá aos ataques do Ministério Público e do Tribunal de Contas, quando cuidadosamente acionados.

Requer o impugnante, portanto, a alteração do edital, conforme razões expostas acima, e a renovação do prazo para formulação de proposta.

Requer, finalmente, em sendo indeferido o presente, façam-no conhecer a autoridade superior competente, em conformidade com as disposições do art. 164, II, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Vila Velha, 18 de setembro de 2025.

TCI GROUP LOCACOES E EVENTOS LTDA